

POR UMA PEDAGOGIA DA PERGUNTA

10ª edição



PAZ & TERRA

Rio de Janeiro | São Paulo

2019

A IRMELA KÖHLER, HELEN MACKINTOSH, INGE
KISSINGER E IRENE HEYARTZ, DE QUEM NÃO APENAS
RECEBI, EM MOMENTOS DIFERENTES, EFICIENTE CO-
LABORAÇÃO NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO
CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS, MAS DE QUEM ME
TORNEI REAL AMIGO.

A CRISTINA FREIRE HEINIGER, POR SUA FUNDA-
MENTAL AJUDA NA FEITURA DESTE LIVRO.

PAULO FREIRE

AOS HOMENS E MULHERES QUE NA ÁFRICA E NA
AMÉRICA LATINA ESTÃO CRIANDO DIARIAMENTE UMA
EDUCAÇÃO POPULAR.

ANTONIO FAUNDEZ

Apresentação

PARA DESCOLONIZAR NOSSA MENTE

EM 1985, QUANDO FOI LANÇADO O livro *Por uma pedagogia da pergunta*, observei a Paulo Freire que este livro deveria ter uma introdução que situasse o contexto sobre o qual ele e Antonio Faundez estavam dialogando. Paulo Freire concordou comigo, mas não voltamos mais ao assunto. Coincidentemente, 26 anos depois, no momento em que a Editora Paz e Terra está relançando esta obra, chega-me o convite para fazer essa apresentação. Aceitei feliz, lembrando um de muitos momentos vividos com ele.

Compartilho com o leitor e a leitora um pouco do contexto que conheço da convivência com Paulo Freire de como nasceu este livro. Quando estava para retornar ao Brasil, em 1979, depois de quase dezesseis anos de exílio, Paulo Freire precisava indicar alguém para substituí-lo no Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra. Ele tinha dois nomes em mente: o educador brasileiro Carlos Rodriguez Brandão e o educador chileno Antonio Faundez. Carlos Brandão, que tinha sido o primeiro educador a escrever sobre o conhecido “Método de Paulo Freire”, não queria sair do Brasil e morar em Genebra, justamente no momento em que Paulo ia retornar do exílio. Antonio Faundez, que já estava morando na Suíça como exilado, havia

trabalhado com ele na África e, portanto, estando no Conselho Mundial de Igrejas em seu lugar, poderia dar continuidade aos caminhos abertos por ele. Para alegria de Paulo, Antonio Faundez aceitou o desafio.

Neste livro eles relembram muitos dos momentos dessa assessoria realizada na África, juntos, em vários países recém-libertados da colonização europeia, colaborando na implantação de seus sistemas de ensino pós-coloniais.

Foi justamente no escritório do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, que havia sido de Paulo Freire e agora era ocupado por Antonio Faundez, que eles, em agosto de 1984, tiveram esse diálogo, que foi gravado, transcrito, revisado e publicado em livro. Paulo estava iniciando a produção de um conjunto de livros “falados”, em diálogo com outros educadores.

Pelos diálogos aqui apresentados, os leitores têm a oportunidade de conhecer o quanto Paulo Freire aprendeu com seu trabalho na África. Ele afirmou que ao pisar no chão africano ele se sentia como se estivesse pisando no chão brasileiro. O trabalho de Paulo Freire na África foi decisivo para a sua trajetória, não só por reencontrar-se com sua própria história e por empreender novos desafios no campo da alfabetização de adultos, mas, principalmente, pelo encontro com a teoria e a prática desse extraordinário pensador humanista e revolucionário africano que foi Amílcar Cabral.

As experiências de Paulo Freire na África remodelaram sua pedagogia. Inserido em processos de reconstrução nacional, realizou a simbiose entre educação e forças produtivas, incorporando o trabalho como princípio educativo. Essa evolução no seu pensamento, ele a deve ao seu

encontro com a África; os aprendizados aí construídos foram muito importantes nas obras escritas posteriormente. Paulo Freire radicalizou aí o seu pensamento. Sua pedagogia continuou humanista, mas agora entendendo melhor, na prática, como o sistema econômico era desumanizador.

Um dos temas que mais afligia Paulo Freire nas campanhas de alfabetização da África era a questão da língua. Aqui ele dialoga em vários momentos com Antonio Faundes sobre esse tema. Ele argumentava que não era possível alfabetizar um povo numa língua que lhe era estranha, o português. Ele sabia que o tema era delicado e que a questão não era negar a importância da língua portuguesa, mas temia que, com a imposição da “língua do colonizador”, os novos dirigentes estariam também aprofundando as diferenças entre as classes sociais em lugar de resolvê-las. A língua é parte da cultura e a língua portuguesa como língua do colonizador estava impregnada dos valores culturais dos colonizadores. O discurso do colonizador estabelecia hierarquia entre as culturas e valorizava socialmente a língua portuguesa, em detrimento da língua e da cultura do colonizado. Ideologicamente, construía-se a visão de que o colonizado precisava da proteção política e da cultura “superior” do colonizador. A independência política não podia prescindir da independência cultural.

Paulo Freire pretendia, com as campanhas de alfabetização, revalorizar as expressões culturais autóctones, o que era sistematicamente recusado pelos colonizadores.

A libertação política não eliminava a presença do colonizador. Ele continua na cultura imposta e introjetada no colonizado. Neste livro Paulo Freire cita um discurso do

presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, que afirmava: “Expulsamos o colonizador, mas precisamos agora descolonizar as nossas mentes.”

O trabalho educativo pós-colonial se impõe como tarefa de descolonização das mentes e dos corações. Nesses termos, a pedagogia freiriana na libertação da África deve ser entendida como um trabalho educativo pós-colonial de superação da ideologia anterior que continuava viva na cultura do ex-colonizado. Assim como é necessária a luta social para a descolonização política, também é necessária a luta por uma outra educação, libertada dos traumas coloniais e que consiga descolonizar as mentes. A colonização na África visava “desafricanizar” por meio da educação elitista, em apoio ao projeto dos colonizadores. Nesse contexto, só restava aos intelectuais burgueses comprometidos com a libertação nacional traírem sua classe, ou como dizia Amílcar Cabral, serem “suicidas de classe”, colaborando na reafirmação da África.

Além desses debates, o leitor e a leitora encontrarão neste livro preciosas reflexões a partir da prática de ambos não só na África, mas também em outros países da América Latina, particularmente no Brasil, no Chile e na Nicarágua. O tema da “oralidade”, por exemplo, no trabalho de alfabetização de adultos, é aqui tratado em vários momentos. Ambos se questionavam se havia sentido em ensinar a um camponês, habituado a uma cultura oral, a ler e escrever numa língua que está de fato ausente de sua prática social cotidiana. Numa cultura essencialmente de expressão oral, a educação deve levar em conta os meios de transmissão da cultura, não privilegiando a expressão cultural escrita em

detrimento da expressão oral. A passagem da cultura oral para a escrita requer anos de intenso trabalho. Não basta o aprendizado teórico da língua. É preciso que ela seja utilizada permanentemente no cotidiano do neoalfabetizado.

Não há dúvida de que o debate dessas e de outras questões interessam não apenas ao estudioso da obra de Paulo Freire. Elas são ainda muito atuais, passadas mais de duas décadas. O pensamento de Paulo Freire é muito atual.

A educação é um processo universal, mas são muitas as concepções e as práticas, diferentes e até antagônicas, que a materializam. Por isso é preciso qualificá-la, isto é, dizer de que educação estamos falando. Aqui Paulo Freire e Antonio Faundez nos falam de suas experiências como educadores populares. O paradigma da educação popular se constitui numa rica e variada tradição reconhecida pelo seu caráter emancipatório, alternativo, alterativo e participativo na luta contra-hegemônica. A educação popular se constitui na contribuição teórica mais importante da América Latina ao pensamento pedagógico universal.

As inspiradoras contribuições destes autores à educação popular continuam muito atuais, constantemente reinventadas por novas práticas sociais e educativas. Elas nos mostram a importância de teorizar a prática para transformá-la, a necessidade de reconhecer o saber popular e de harmonizar o formal e o não formal.

Não há como não reconhecer a politicidade inerente ao ato educativo defendida por eles. Eles se recusam a aceitar o pensamento pretensamente neutro ou fatalista nos deixando como legado uma concepção da educação como prática da liberdade, condição para a vida democrática, uma

educação como produção e não meramente como transmissão de conhecimentos, uma concepção da educação como ato dialógico ao mesmo tempo rigoroso e imaginativo. Enfim, uma pedagogia comprometida com a cidadania ativa. E isso é muito atual.

Moacir Gadotti
Diretor do Instituto Paulo Freire
São Paulo, 1 de outubro de 2011

ANTONIO FAUNDEZ: Penso que, neste nosso diálogo, poderíamos partir de temas ou de nossas experiências concretas. No primeiro caso, discutiríamos conceitos determinados, como eles se aplicam à realidade, como se transformam à medida que vão sendo aplicados a realidades diversas etc. No segundo, poderíamos falar de nossa experiência na África e na América Latina; de experiências que nos sejam comuns a ambos ou mesmo daquelas que não o sejam.

PAULO FREIRE: Ou, então, uma combinação das duas hipóteses. Ao associarmos as duas possibilidades, criamos um espaço de liberdade em que a espontaneidade de cada um de nós vai ter um certo papel no desenvolvimento dos temas. É uma boa ideia, creio.

De qualquer maneira, porém, me parece que deveríamos, dialogicamente, fazer uma espécie de introdução ao livro de que estamos começando a “falar”. Uma introdução em cujo corpo fôssemos não apenas apontando este ou aquele tema ou esta ou aquela experiência a tratar, mas já os tomássemos como objetos de nossa reflexão.

Penso, também, por exemplo, que seria interessante dizer a seus possíveis leitores e leitoras que a ideia de fazermos juntos este livro, se não nasceu propriamente, foi reavivada numa noite em tua casa, há mais ou menos seis

meses, regada a bom vinho chileno a que se juntavam não menos boas *empanadas* também.

Hoje estamos aqui em Genebra, de novo, no teu escritório, para começar o trabalho que nos tínhamos proposto. E a impressão que tenho é a de que deveríamos, neste primeiro momento de nosso trabalho comum, dizer aos que amanhã apanhem este livro para lê-lo, algo sobre por que um livro assim, por que um livro “falado”, por que não um livro escrito por nós dois — capítulos teus; capítulos meus — ou por que não dois livros, um escrito por ti, outro, por mim. E que vamos assim dialogando os dois. Um pedaço eu digo, outro tu dizes. E que vamos assim nos desafiando nesta primeira conversa em que, ao mesmo tempo, estaremos nos preparando, ao viver o processo de “falar” o livro, para levar a cabo o nosso projeto.

Eu me arriscaria a dizer aos leitores alguma coisa já sobre por que um livro assim.

Em primeiro lugar, não sei se tu vais concordar comigo, acho que esta é uma experiência intelectual interessante, rica, realmente criadora. Experiência que não me é, na verdade, estranha. De dois anos a esta parte tenho trabalhado desta forma, e nada me sugere que deva desistir de fazê-lo.

De fato, “falar” um livro a dois, a três, em lugar de escrevê-lo a sós, rompe um pouco, pelo menos, com uma certa tradição individualista na criação da obra e tirando-nos da intimidade gostosa — por que não dizê-lo? — do nosso quarto de trabalho, nos põe abertos um ao outro, na aventura de pensar criticamente.

No nosso caso, agora, de pensar uma prática permeada de temas, de que ora participamos juntos, ora separadamente.

E este pensar, que no fundo é um repensar, tem que ver, de um lado, com o que eu, junto com outros, fiz diretamente na África e em outras partes do mundo, enquanto trabalhava nesta casa, e sobre que tantas vezes discuti contigo; de outro, com o que tu passaste a fazer ao substituir-me no Departamento de Educação do Conselho, após o meu retorno ao Brasil, em junho de 1980.

Me lembro agora, por exemplo, de um trabalho que fizemos juntos, ainda que não dialogicamente como estamos fazendo este livro. Me refiro aos textos que escrevemos separadamente para a alfabetização e a pós-alfabetização de São Tomé e Príncipe, mas que submetíamos à discussão de ambos.

Agora, convencidos da validade de fazermos juntos um livro dialógico, sem pretender de modo nenhum invalidar o esforço de escrever sozinhos, pois tanto eu quanto tu, ao lado de um sem-número de intelectuais, continuamos a escrever nossos textos individualmente, estamos aqui em torno de uma mesa para “conversar” um livro. E, ao fazê-lo, estamos aceitando, responsavelmente, nos expor a uma experiência significativa: a de um trabalho em comunhão.

Isto não significa, porém, de maneira nenhuma, que um tal empenho negue ou anule o que seja marcadamente meu e teu, enquanto expressão mais profunda de nós, no produto final e comum. Este fazer em comunhão e esta experiência dialógica me interessam enormemente. Como disse antes, venho fazendo isso no Brasil e acabo de viver algo semelhante no Canadá, em Vancouver, “falando” um livro com um excelente intelectual norte-americano, Ira Shor, em que ensaiamos responder a algumas das perguntas que vimos

recebendo, ele e eu, em nossas andanças por diferentes centros universitários dos Estados Unidos e Canadá. Devo dizer que este tipo de experiência me tem enriquecido, mas também devo dizer, e em certo sentido repetir, que envolver-me nele não significa renunciar a escrever textos sozinho. E isto é o que ocorre contigo também. Acho, porém, que entregar-nos de vez em quando à tarefa de trabalhar, de criar juntos, procurando superar a tentação de estar sempre sós, de escrever sós, é um testemunho intelectual que tem sentido, que tem valor. As experiências de que falamos, sobre que discutimos criticamente e que se vão fixando agora na gravação do nosso diálogo emergem num discurso vivo, livre, espontâneo e dinâmico. É importante, contudo, sublinhar que a vivacidade do discurso, a leveza da oralidade, a espontaneidade do diálogo, em si mesmos, não sacrificam em nada a seriedade da obra ou a sua necessária rigorosidade. Há quem pense ingenuamente que o rigor na análise só existe quando alguém se fecha em quatro paredes, por trás de uma porta bem segura, fechada com enorme chave. Só aí, na intimidade silenciosa dos livros ou dos laboratórios, seria possível a seriedade científica. Não, eu acho que aqui, fechados, mas ao mesmo tempo abertos ao mundo, inclusive ao da natureza que circunda o teu escritório, podemos fazer e estamos fazendo algo sério e algo rigoroso. O estilo é que é diferente, enquanto oral. É mais leve, mais afetivo, mais livre.

Bom, esta é a primeira opinião que daria aos leitores prováveis deste livro nosso sobre por que um livro “falado”. Não sei se tu acrescentarias algo à minha fala, na continuidade desta espécie de introdução amena e comum.

ANTONIO: Concordo com você nesta análise, sobretudo no que você verifica a respeito da ruptura da acomodação intelectual, ou seja, esta tentativa de fazer com que o trabalho intelectual seja um trabalho coletivo. E, sem dúvida, o método que mais se presta a esse tipo de tentativa é o diálogo. Porque efetivamente dialogamos desde que nos conhecemos, em novembro de 1978, quando teve início um diálogo jamais concluído. E o que fazemos hoje não é senão uma nova etapa em nossa história dialógica, pois, como você se recorda, foi uma entrevista a nossa amiga Lígia Chiappini que permitiu que nos conhecêssemos e começássemos a dialogar.¹

PAULO: Tens razão. Aquela entrevista da Lígia de que participaste se constituiu, em certo sentido, numa amostra pequena do que estamos fazendo hoje.

ANTONIO: De tal maneira que nosso diálogo teve início já em nosso primeiro encontro. Após nossa entrevista a Lígia, você me convidou para trabalharmos juntos; a partir de então, nesse nosso trabalho, mantivemos um diálogo constante, sobretudo com relação à experiência de São Tomé e Príncipe. Dessas conversas permanentes, recordo-me de uma especial, quando surgiu a ideia concreta de um livro, de um diálogo gravado. Voltávamos de um almoço na OIT e, em meio a nossas conversas sobre a conceituação e o significado do poder do intelectual, você interrompeu a

¹ Essa entrevista foi inicialmente publicada em português com o título “Encontro com Paulo Freire”, em *Revista Educação e Sociedade* nº 3, maio de 1979. São PAULO: Cortez & Moraes. Mais tarde foi incluída em *Der Lehrer ist Politiker und Künstler*, obra que reúne diversos ensaios de Paulo Freire, e que sofreu revisão crítica de Antonio Faundez, também publicada em *Education Newsletter*, da Subunidade de Educação do Conselho Mundial de Igrejas.

caminhada e me disse: “Antonio, deveríamos gravar tudo isso, porque este diálogo não deve ser um diálogo exclusivamente entre mim e você; deveríamos fazer com que dele participassem outros intelectuais e não intelectuais que dialogariam conosco através de nosso diálogo.” Lembra-se disso, agora?

PAULO: Exato, me lembro muito bem. Realmente aí se encontram as raízes mais remotas do projeto de nosso livro. Há seis meses, quando vindo dos Estados Unidos e por aqui passei de regresso a São Paulo, o que fizemos foi acertar o compromisso de hoje começarmos a “falar” o nosso livro. Na verdade, o desejo desta conversa, a emoção deste projeto estavam em nós, como bem sublinhaste, desde 1978, quando iniciamos, através de Lígia, uma fraterna amizade. A nossa abertura ao diálogo, que não significa estarmos sempre de acordo um com o outro, vem sendo uma constante em nossa amizade. Jamais falhou durante o tempo último de minha estada em Genebra, que coincidiu com o da tua chegada à cidade e tem continuado viva nas minhas passagens por Genebra. Daí a minha concordância com a tua afirmação de que o nosso diálogo vem existindo mesmo quando estamos distantes um do outro. Basta que nos reencontremos para que retomemos a conversa mais ou menos no pé em que ficara na última vez. É como se disséssemos: como ia te dizendo...

Creio agora, Antonio, que, enquanto a nossa conversa for se alongando neste momento que estamos chamando de introdutório, iremos explorando reflexivamente práticas anteriores e atuais e temas a elas referidos que, em sendo discutido e tratado, irão compondo e ampliando nosso diálogo.